

O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA: concepções e práticas a partir de consignas e materiais didáticos

Adriana Jesuíno Francisco¹

Elianeth Dias Kanthack Hernandez²

Eixo temático: 8 - Alfabetização e modos de aprender e de ensinar

Resumo: Este trabalho é um recorte do projeto de pesquisa e tem como objetivo principal a realização de um cotejamento entre o ensino da leitura da linguagem escrita e o que está sendo praticado nas escolas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O problema de pesquisa parte de questionamentos sobre a prática docente: se as orientações estão mais relacionadas aos atos de proferição e decodificação ou a atos culturais de leitura. Para estas análises nos basearemos em teorias sobre o ensino de leitura defendida por duas correntes que se opõem, de um lado, uma que entende que o ensino deve estar baseado na vivência de atos sociais de leitura e outra que tem como premissa que a língua escrita é um código e, por isso, pressupõe que a leitura deva ser ensinada a partir de um processo de decodificação. Consideramos ainda o entendimento de que a escola é a Instituição por excelência responsável pela veiculação e produção dos conhecimentos históricos e socialmente sistematizados pela humanidade. Nessa perspectiva, ela desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem de atos sociais de leitura, e tem como função destacada o desenvolvimento das capacidades leitoras de seus alunos, no contexto escolar. Bajard (1992, 2012, 2014a, 2014b), Arena (2008, 2009, 2010, 2019), Foucambert (1997, 2008), Volóchinov (2017) e Mortatti (2006), são alguns dos estudiosos da linguagem e da leitura que embasam as discussões realizadas e que, neste texto, dialogam de maneira crítica e reflexiva, com as concepções defendidas por Capovilla e Capovilla (2007) e Moraes (1996).

Palavras-chaves: Alfabetização; Ensino da Leitura; Atos de Leitura; Proferição.

¹Mestranda em Educação pela FCT/Unesp. Professora da Educação Básica da rede municipal de ensino da cidade de Assis/SP. Contato: adriana.francisco@unesp.br

²Doutora em Educação pela FFC/Unesp. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (Unesp/Presidente Prudente) e vinculada ao Departamento de Administração e Supervisão Escolar (Unesp/Marília/DASE). Contato: elianeth.hernandes@unesp.br

Introdução

Para fundamentar a relevância da investigação proposta neste trabalho é importante salientar que há diversos estudos publicados por pesquisadores e professores que relatam os desafios a serem enfrentados na formação de leitores - crianças e jovens -, dentro e fora do ambiente escolar (GIROTTTO e SOUZA, 2010; HERNANDES *et al*, 2015). Além disso, a formação leitora é valorizada no âmbito da sociedade contemporânea, uma vez que sua utilização remete a maior possibilidade de participação em diferentes esferas sociais que são pautadas em uma cultura grafocêntrica. Portanto, ser leitor vai muito além de saber a pronúncia das letras, da decodificação de sílabas e da proferição de textos em voz alta para o controle da entonação ou da fluência. Por sua valorização social, o desenvolvimento da leitura nos indivíduos envolve autonomia, participação consciente, enfim, está atrelado a um posicionamento consciente e crítico diante das demandas do mundo contemporâneo.

Neste trabalho, assumimos como pressuposto que os atos de ler se concretizam em uma troca entre leitor, texto, autor, sempre mediados pelos aspectos extra verbais que compõem essa situação social de troca (VOLÓCHINOV, 2017).

Outro ponto a considerar é o entendimento de que a escola é, por excelência, a instituição responsável pela veiculação e produção dos conhecimentos históricos e socialmente sistematizados pela humanidade. Nessa perspectiva, ela desempenha um papel fundamental no processo aprendizagem de atos sociais de leitura e escrita, e tem como função destacada o desenvolvimento das capacidades leitoras de seus alunos, no contexto escolar.

Pretendemos com a realização desse trabalho investigativo, trazer considerações sobre o ensino da leitura e da escrita, pensando nas contribuições que essas práticas podem, ou não, trazer para formar leitores, começando pela alfabetização. Para tanto, buscamos respostas para questões que envolvem o processo de aquisição da leitura e da escrita nos anos iniciais, 1º e 2º anos, do Ensino Fundamental I, de uma escola pública do interior Paulista, observando como tem sido trabalhada a linguagem escrita nessa etapa de escolarização, quais as orientações constantes nos materiais didáticos que são utilizadas pelos professores para as atividades de leitura e de escrita. Para nossos estudos, focaremos na afirmativa de Arena (2010, p.242) de que “[...] ensinar o sistema linguístico não é ensinar a ler; ensinar a ler é ensinar as próprias práticas sociais e culturais que exigem o domínio desse sistema”, sendo assim, objetivamos compreender o que a escola tem ensinado: ‘língua ou linguagem?’ e como essas práticas podem ou não contribuir para formar leitores, em especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2 Fundamentação teórica

Ao traçarmos o percurso histórico dos métodos de alfabetização no Brasil, pautado nos estudos de Mortatti (2006), notamos vários debates sobre um mesmo problema - a dificuldade encontrada pelas crianças para aprender a ler e a escrever -, principalmente em escolas públicas.

O percurso histórico dos métodos de alfabetização deixa claro que a preocupação com o ensino da leitura e da escrita, no Brasil, sempre esteve relacionado ao uso de métodos que privilegiam os aspectos fônicos com vistas ao desenvolvimento de uma pretensa necessidade da consciência fonética como pré-requisito para aprender a ler. Nessa perspectiva, o conteúdo a ser ensinado esteve, de forma geral, centrado nos fatores linguísticos e não no reconhecimento da linguagem e seus usos sociais. Arena (2011, p. 35), ao tratar da temática da metodização na alfabetização, destaca que os métodos podem até “ensinar os mecanismos de base alfabética, mas deixam de ensinar o ato de escrever e de ler como atos de autoria, de sujeitos protagonistas de sua formação.” Precisamos analisar como estamos ensinando e como queremos que nossas crianças se apropriem da língua escrita: se é numa condição passiva diante de um objeto abstrato e reducionista que precisa ser assimilado ou na perspectiva de serem co-autores de uma língua viva e cheia de sentidos.

Ao buscarmos analisar os documentos oficiais que têm sido publicados como referenciais para o ensino da leitura e da escrita no início da escolarização, pudemos identificar a centralidade de duas vertentes, que aparentemente seriam divergentes, mas que abrigam uma concepção bastante próxima sobre o que é e como deve ser realizado o ensino da língua materna no Brasil. Dos seguintes documentos analisados: a) Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN - (BRASIL, 1997), b) Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC - (BRASIL, 2012), c) Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016) foi possível perceber a influência dos postulados da chamada ‘consciência fonética’ como pré-requisito para a alfabetização, como vemos no **Quadro 1**, a seguir:

Quadro 1 – Concepções sobre o ensino da língua escrita e a consciência fonética em documentos oficiais

PCN	PNAIC	BNCC
“A escrita alfabética é um sistema de escrita regido pelo princípio da fonografia , em que o signo gráfico representa normalmente um	O texto destaca alguns equívocos e falsas inferências surgidos na alfabetização, que, de acordo com especialistas, obscureceram a sua faceta	“[...] não convém que um currículo dissocie esta e outras habilidades que tratam das relações entre letras e fonemas da prática de ler e

ou mais fonemas do idioma”. (BRASIL, 1997, p. 27).	“fonética e fonológica”. (BRASIL, 2012, p. 19).	escrever textos”. (BRASIL, 2016, Anexo).
--	---	--

Fonte: Adaptado pelas autoras

Já o documento mais recente, que é o da análise da Política Nacional de Alfabetização - PNA – que foi implementada pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019, p. 5), declara que seu objetivo é “oferecer às redes e aos alunos brasileiros, por meio de programas e ações, a valiosa contribuição das ciências cognitivas, especialmente da ciência cognitiva da leitura, uma política de alfabetização eficaz.” O texto da PNA evidencia a criança em sua perspectiva biológica, não considerando ao longo do texto a sua essência social. O documento dá centralidade ao objeto de ensino, assumindo a perspectiva do método fônico como sendo o mais ‘eficaz’ para o ensino da leitura e da escrita. Com base na ciência cognitiva da leitura, o PNA define **alfabetização** como o “**ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético**” (BRASIL, 2019, p. 18). Sendo que, o **Sistema alfabético** “é aquele que representa com os caracteres do alfabeto (letras) os sons da fala. [...] quando se ensina a ler e a escrever em um sistema alfabético, o que se ensina é um modo de representação gráfica que representa sons por meio de letras [...]” (BRASIL, 2019, p.18). Na mesma página do documento encontramos as seguintes definições:

Quando uma criança ou um adulto analfabeto se dá conta de que os caracteres alfabéticos não são meros sinais gráficos, mas que, individualmente ou em grupo, representam **os sons da fala** (ou os fonemas da língua, para ser mais exato), dizemos que essa pessoa compreendeu o princípio alfabético.

[...]

Ao aprender as primeiras regras de **correspondência entre grafema-fonema/fonema-grafema, a pessoa começa a decodificar**, isto é, a extrair de uma sequência de letras escritas **a sua forma fonológica (ou pronúncia), e a codificar, isto é, a combinar em sinais gráficos (letras ou grafemas) os sons produzidos na fala**. Em outras palavras, começa a ler e a escrever. (BRASIL, 2019, p 18 - **Grifos nossos**).

O posicionamento didático-pedagógico assumido pelo PNA está pautado no posicionamento teórico de Capovilla e Capovilla (2007) e Morais (1996), mas não é consensual e representa uma polêmica bastante atual, que tem profundos efeitos nos currículos de alfabetização. Daí a relevância de investigarmos quais dessas concepções se fazem presentes no momento em que os professores orientam as atividades de leitura para seus alunos: a que entende que esse ensino deve estar baseado na vivência de atos sociais de leitura e a outra que tem como premissa que a língua escrita é um código e, por isso pressupõe que a leitura deva ser ensinada a partir de um processo de decodificação, utilizando a relação grafema/fonema.

3 Metodologia

Para responder aos objetivos propostos e elucidar nosso problema de pesquisa sobre como estão sendo feitas as orientações para as atividades de leitura no processo de alfabetização de crianças, ou seja, se elas estão mais relacionadas aos atos de proferição e codificação de textos escritos ou a atos culturais de leitura, utilizamos uma metodologia baseada no modelo de matriz microgenética (GÓES, 2000) e paradigma indiciário (GINZBURG, 1992). Essa opção metodológica é motivada pela intensão de realizar a coleta de dados dando atenção aos detalhes, aos recortes de episódios interativos, às relações subjetivas e as condições sociais da situação analisada. Nesta perspectiva, é priorizada a coleta dos dados que podem não estar explícitos, mas se mostram no detalhe, nos dados marginais, nas pistas, indícios, sinais ou vestígios. A busca pelo registro e análise dos detalhes demanda uma investigação com poucos sujeitos de pesquisa, por isso optamos por desenvolver a investigação em uma única escola da rede pública de um município do interior paulista. Através da análise dos dados coletados pretendeu-se identificar: a) o material utilizado; b) a forma como as docentes justificam a utilização desse material; c) as orientações e comandas dadas pelas docentes para direcionar as atividades de leitura e escrita dos alunos. Enfim, a busca foi por identificar quais concepções e metodologias estão sendo assumidas pelos professores e gestores em seus direcionamentos para as práticas de ensino da leitura.

Para tanto, nosso trabalho foi dividido em quatro etapas. Na primeira realizamos estudos de pesquisa bibliográfica e documental. Nesse percurso, nos apropriamos nos princípios teóricos defendidos por Bajard (1992, 2012, 2014a, 2014b), Arena (2008, 2009, 2010, 2019), Foucambert (1997, 2008), Volóchinov (2017), Mortatti (2006), entre outros. No segundo momento, realizamos (e ainda estamos realizando) rodas de conversa, de modo virtual, pelo aplicativo *Google meet*, com a equipe gestora da escola - coordenadora pedagógica e diretora escolar -, e com as professores dos 1º e 2º anos, sendo três 1º anos e dois 2º anos, totalizando cinco professores que se constituíram no grupo de sujeitos participantes da pesquisa. Já na terceira etapa, trabalhamos na coleta dos materiais didáticos, nos quais nos apoiamos em três ferramentas de análises: 1) livro didático de Língua Portuguesa, *Ápis*, da editora Ática; 2) vídeos explicativos postado nos grupos de *whatsApp* das salas, que orientam para a realização das atividades; 3) Aulas síncronas através dos aplicativos *Zoom*, *Google meet*, sala do *Messenger*. As aulas *on-line* de Língua Portuguesa ocorrem semanalmente, com duração de 1 hora. A partir dessas observações procuramos

identificar o que ocorre, nesses espaços e tempos, que esteja relacionado com o ensino intencional da leitura para as crianças em fase de alfabetização.

Na etapa atual, estamos procedendo à análise dos materiais coletados. Nosso olhar, ao analisarmos os materiais e os procedimentos tem como base alguns eixos de análise, tais como: as concepções do professor sobre o objeto 'ensino da leitura'; a existência ou não de ênfase na relação grafofônica; a existência ou não de ênfase no aspecto semântico; a concepção de língua e linguagem presentes nos discursos e nas práticas.

As atividades de coletas de dados começaram em meados do primeiro semestre do ano corrente, após a aprovação pelo Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp – *Campus* de Presidente Prudente e Plataforma Brasil.

4 Resultados e Discussão

Este trabalho investigativo ainda está em fase de coleta e análise de dados dos materiais didáticos e consignas de atividades propostas pelos professores dos 1º e 2º anos. Porém, observamos logo no início no livro manual do professor, *Ápis*, do 2º ano que a concepção sobre leitura e formação do leitor estão relacionados a fluência na oralização dos textos escritos, como podemos observar neste trecho: “Uma das condições para o desenvolvimento do leitor pleno é a **fluência**, que propicia a autonomia e a compreensão e interpretação dos textos” (2017, p.12). Fica evidente aí, que a concepção que orienta esse material didático é a ideia de que o sentido do que está grafado é decorrente de uma boa articulação oral do texto, enquanto que para os autores nos quais nos referenciamos, quando o sentido foi apropriado é que a proferição ganha fluência. Assim, é o sentido que garante a fluência na proferição e não o inverso, como está orientado no material didático analisado.

Pudemos observar também, que as consignas dos professores quando dão as orientações para as atividades voltadas para o ensino da linguagem escrita e da leitura, elas estão mais relacionadas com a sonorização e decifração de códigos linguísticos, situações em que elas deixam de ter sentido para a criança. De acordo com Vigotsky (1995) ensinar a ler a partir de decifração é contribuir para frear o desenvolvimento cultural da criança, por se tratar de uma prática artificial e mecânica. Portanto, baseado na teoria em que estamos pautados, a escola não tem ensinado, de fato, atos sociais de leitura e escrita. Concordando com Bajard (2002, p.17-18), “Ler é compreender, é, portanto, construir sentido [...] Se não há compreensão não pode haver leitura.”

5 Considerações Parciais

Concluímos, ainda que parcialmente, que o cotejamento, realizado até esta data, demonstra que as relações dialógicas e alteritárias constituidoras de sujeitos leitores ainda mostram-se frágeis nos encaminhamentos dados, tanto nos materiais didáticos, como nas salas de aula - pelas consignas dos professores -, por se mostrarem tendo a base de apoio pautada na necessidade de aquisição da consciência fonológica e no ensino do ato de ler a partir dos aspectos linguísticos e não semânticos, onde o trabalho pedagógico com a língua escrita aparece descolado das relações humanas e dos atos sociais de leitura.

Referências

ÁPIS língua portuguesa. **2º ano**: ensino fundamental, anos iniciais. Ana Trinconi; Terezinha Bertin; Vera Marchezi. 3ªed. São Paulo: Ática, 2017.

ARENA, Dagoberto Buim. O ensino da ação de ler e suas contradições. **Ensino em Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 237-247, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/8193/5210>. Acesso em: 16 jun. 2020.

_____. Ensino e aprendizagem: perspectivas no campo da alfabetização. In: O uno e o diverso na educação. Uberlândia: EDUFU, 2011.

BAJARD, Élie. **Caminhos da escrita**: espaços de aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais 1ª a 4ª Séries**. Portal MEC, 1997. *Online*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 10 ago. 2020.

_____. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **Currículo na alfabetização**: concepções e princípios: ano 1: unidade 1 - Brasília : MEC, SEB, 2012.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC EI EF 110518 versaofinal site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização**/Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra; CAPOVILLA, Fernando César. **Alfabetização: método fônico**. (3ª.ed.). São Paulo: Memnon, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GIROTTO, Cyntia Graziella Guizelim; SOUZA, Renata Junqueira de. Estratégia de leitura: para ensinar alunos a compreender o que leem. In: SOUZA, R. J. de. *et al*. Ler e compreender:

estratégias de leitura. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: Uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade.** Cadernos Cedes, ano XX, nº 50, Abril/00.

HERNANDES, Elianeth Dias Kanthack; GOMES, Alberto Albuquerque; BURLAMAQUE, Fabiane Verardi. Caminhos na formação leitora: ensino e mediação na constituição do leitor literário. **Revista Educação: UFES**, 2015. Disponível em: <<http://www.portaldepublicacoes.ufes.br/educacao/article/viewFile/15870/10949>> acesso: 13 jun. 2020.

MORAIS, José. **A arte de ler.** São Paulo: Unesp, 1996.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Histórias dos métodos de Alfabetização no Brasil. **Portal do MEC** (2006) disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em 20 jul. 2020.

VIGOTSKY, Lev Semionovitch. **Obras escogidas.** Madrid: Visor, 1995. v.3.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Trad. Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.